

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Descumprimento de cotas para PCDs gera condenação

💡 O TRT-2 condenou empresa pelo descumprimento reiterado da cota legal de contratação de pessoas com deficiência.

📌 **Relevância:** Reforça a necessidade de esforços concretos de contratação e robusta comprovação na divulgação de vagas. Anúncios genéricos, indicando endereço de e-mail para candidatos, sem comprovação de efetiva divulgação não são considerados pela justiça.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/sentenca-condena-empresa-por-descumprimento-reiterado-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia>

2. Negada a realização de prova pericial após o encerramento da instrução processual

💡 A 9ª Câmara do TRT-15 afastou a responsabilidade da empresa, considerando que o trabalhador causou o acidente.

📌 **Relevância:** A decisão destaca a importância crucial de observância dos marcos processuais para requerimento de provas, sob pena de preclusão. Para empregadores, a ausência de medida dentro do momento processual pode levar à responsabilização objetiva pelo acidente, sem a possibilidade de avaliação de culpa da outra parte.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/9a-camara-nega-pericia-em-caso-de-morte-de-motorista-acusado-de-causar-acidente-fatal>

3. Falta grave de empregadora leva à rescisão indireta

💡 8ª Câmara reconheceu que conduta da empregadora inviabilizou a continuidade da relação contratual.

📌 **Relevância:** A decisão estabelece como precedente que a ausência de registro na CTPS e a falta de recolhimento do FGTS, mesmo que regularizadas posteriormente, constituem

falta grave do empregador, sendo suficientes para justificar a concessão da rescisão indireta pela Corte.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/falta-grave-de-empregadora-resulta-em-rescisao-indireta-decide-8a-camara>

4. Condenação por exposição indevida durante banho coletivo

💡 Empresa foi responsabilizada por não garantir privacidade dos trabalhadores.

📌 **Relevância:** Destaca exigências sobre condições sanitárias adequadas no meio rural e alojamentos.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/5a-camara-mantem-condenacao-por-exposicao-de-trabalhadores-durante-banho-coletivo>

5. Indenização ampliada por condições precárias de trabalho

💡 A 6ª Câmara do TRT-15 aumentou o valor da indenização a porteiro exposto a condições inadequadas de higiene e segurança.

📌 **Relevância:** A decisão reforça a responsabilização do empregador pelo zelo às condições ambientais mínimas de trabalho, evidenciando que a exposição habitual do empregado a ambientes insalubres e degradantes configura violação à dignidade da pessoa humana e aos princípios fundamentais da proteção ao trabalho.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/6a-camara-aumenta-valor-de-indenizacao-para-por-teiro-que-trabalhava-em-condicoes>

6. Empresa condenada por conduta discriminatória com base em protocolo de gênero

💡 Decisão levou em conta tratamento desigual sofrido pela trabalhadora, elevando o valor da indenização.

📌 **RELEVÂNCIA:** Destaca a importância de mecanismos preventivos, como políticas de compliance, treinamento antidiscriminação e canais seguros de denúncia. Essas ações não apenas fortalecem a cultura organizacional, mas também protegem juridicamente o empregador contra potencial responsabilização agravada.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/4a-camara-condena-empresa-com-foco-em-protocolo-de-genero-indenizar-trabalhadora>

7. Controle de jornada não comprovado por uso de tablet

📝 O TST entendeu que o simples uso de tablet não comprova o controle de jornada da vendedora.

📌 **Relevância:** Alerta empresas para a importância de meios eficazes e auditáveis de controle de ponto.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/vendedora-de-rem%C3%A9dios-n%C3%A3o-comprova-controle-de-jornada-por-tablet>

8. Aviso prévio indenizado integra PLR

📝 O TST entendeu que o aviso prévio indenizado deve ser considerado no cálculo da Participação nos Lucros e Resultados.

📌 **Relevância:** Alerta empresas para impactos financeiros nas rescisões contratuais com cláusulas de PLR.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/aviso-pr%C3%A9vio-indenizado-integra-c%C3%A1lculo-da-participa%C3%A7%C3%A3o-nos-lucros-e-resultados>

9. Empresa deve indenizar família de motorista morto por mal súbito

📝 O TST reconheceu a responsabilidade objetiva da empresa pelo falecimento durante atividade laboral.

📌 **Relevância:** A responsabilização com base na teoria do risco reforça a importância de uma gestão proativa de saúde e segurança, uma vez que o dever de indenizar pode ser imposto mesmo sem culpa direta da empresa, bastando a demonstração de que a atividade desenvolvida envolvia risco acentuado para o trabalhador.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-indenizar%C3%A1-herdeiros-de-motorista-que-morreu-ap%C3%B3s-mal-s%C3%A3o-BAbito-durante-manobra-de-caminh%C3%A3o>

10. TJSP nega suspensão de multa ambiental por ausência de provas e falta de garantia do juízo

☞ A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP negou provimento a agravo de instrumento interposto por produtor rural que buscava tutela de urgência para suspender multas ambientais decorrentes de incêndio. O Tribunal entendeu que não estavam presentes os requisitos do art. 300 do CPC, destacando a ausência de prova inequívoca para afastar a presunção de legalidade dos autos e a falta de garantia integral do juízo.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão evidencia a importância de instrução probatória robusta para afastar autuações ambientais e buscar suspensões liminares de exigibilidade, destacando também a necessidade de conhecimento técnico e jurídico quanto às formas válidas de garantir o juízo em ações anulatórias de multas ambientais.

🔗 [2142674-93.2025.8.26.0000](#)

11. TRF3 anula sentença por cerceamento de defesa em auto de infração ambiental contra produtor rural

☞ O TRF3 reconheceu o cerceamento de defesa de produtor rural e anulou sentença que julgou improcedente ação anulatória de auto de infração ambiental sem permitir a produção de prova pericial requerida. A decisão determinou o retorno dos autos à 1ª instância para regular instrução processual, entendendo que o julgamento antecipado violou o contraditório e a ampla defesa, pela controvérsia envolver a existência de dano ambiental e a responsabilidade do autuado, temas que exigiam prova técnica adequada.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão fortalece a garantia do devido processo legal para produtores rurais, especialmente em ações que envolvam infrações ambientais com necessidade de prova técnica.

🔗 [5065206-89.2021.4.03.9999](#)

12. TJSP reafirma imprescritibilidade da obrigação de reparar dano ambiental em área protegida

☞ O Tribunal de Justiça/SP negou provimento a agravo de instrumento e manteve o prosseguimento da execução de sentença em ação civil pública para recomposição ambiental de área degradada, reafirmando que o meio ambiente é bem de uso comum do povo e que a pretensão reparatória tem natureza difusa e imprescritível, conforme o Tema 999 do STF.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a necessidade de regularização ambiental preventiva por parte de produtores, pois a obrigação de reparar danos ecológicos não se extingue com

o tempo, servindo como alerta quanto à risco permanente de responsabilização, caso haja ocupação ou uso indevido de áreas especialmente protegidas.

🔗 [2016093-33.2025.8.26.0000](#)

13. TJSP reconhece cumprimento de obrigação ambiental com inscrição unificada no CAR e mantém extinção da execução

💡 O Tribunal de Justiça/SP manteve a extinção da execução em ação civil pública ambiental após constatar que os proprietários cumpriram integralmente a obrigação judicial ao promover inscrição unificada no CAR das áreas contínuas, conforme a Instrução Normativa MMA nº 02/2014. O Ministério Público buscava ampliar a execução para outros imóveis, mas o Tribunal afastou essa pretensão com base nos limites da coisa julgada e da matrícula original da ação.

📌 **RELEVÂNCIA:** Fortalece a segurança jurídica dos produtores rurais quanto à validade da inscrição unificada no CAR para fins de regularização ambiental, conforme prevê a legislação federal.

🔗 [0000029-06.1997.8.26.0374](#)

14. TJ SP reafirma necessidade de prova da autoria para aplicação de multa ambiental

💡 A 3ª Turma Recursal da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça/SP anulou auto de infração ambiental por incêndio, por ausência de provas da autoria e do nexo causal entre o dano e o autuado. O colegiado reafirmou que a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, exigindo dolo ou culpa e não pode ser presumida, diferente da responsabilidade civil ambiental, para reparação dos danos, que é objetiva.

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça a tese de que a simples ocorrência de dano ambiental não autoriza a aplicação automática de penalidades sem comprovação da culpa, não podendo o produtor ser autuado indevidamente por incêndios de origem desconhecida, reforçando a importância de provas, planos de prevenção e boas práticas documentadas.

🔗 [1002340-44.2025.8.26.0576](#)